

A composição do *spread* de crédito no Brasil

Ritmo de recuperação da indústria do RS é mais lento que a média

Rendimento dos brasileiros encolhe em 2017

Primeiros resultados da Modernização Trabalhista

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A composição do *spread* de crédito no Brasil

A Taxa Selic caiu de 14,25% para 6,50% em menos de dois anos, e atingiu o menor patamar da história. Em que pese a transmissão da política monetária para o lado real da economia ocorrer com defasagem de três a oito meses, esse movimento não será acompanhado por uma queda na mesma proporção no custo dos empréstimos para as empresas e famílias. A Taxa Selic é a referência de custo de captação das instituições financeiras. Porém, outros fatores também compõem a taxa de mercado, tais como: impostos, inadimplência e a margem líquida de crédito.

O *spread* é a diferença entre o custo de captação e a taxa de juros cobrada nas operações de crédito. O Banco Central realizava um estudo com a decomposição do *spread* de crédito no Brasil. Contudo, esse cálculo não era divulgado desde 2015 e quando reapareceu no início de 2017, numa apresentação do Presidente da instituição, gerou polêmica. Os valores mostrados naquela apresentação são diferentes dos apresentados neste Informe, uma vez que foram retificados pelo próprio Banco Central após a controvérsia gerada com a divulgação. Na primeira versão, por exemplo, o *spread* com recursos livres de era de 35,2% e foi decomposto entre os fatores que são mostrados no gráfico, mas com valores diferentes. O componente lucro totalizava 18,5 p.p. do *spread*, ou 53% do total, e a inadimplência 6,5 p.p..

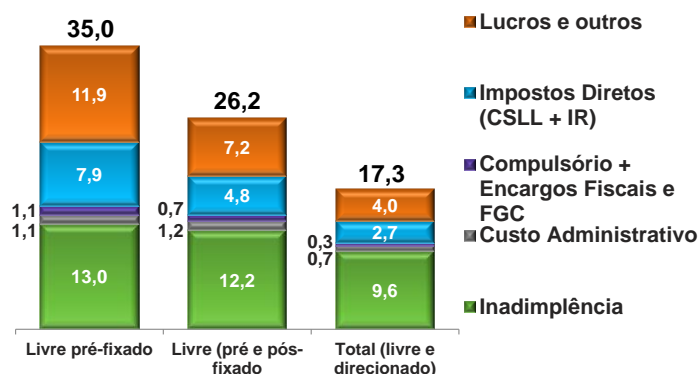
No cálculo retificado pelo Bacen, o peso da

inadimplência foi para 13 p.p. do total do *spread*. Enquanto isso, o lucro representa 11,9 p.p. do *spread* de 35%. O Gráfico mostra também que o *spread* diminui na medida em que são adicionados os empréstimos com taxa pós-fixada e o crédito com recursos direcionados. Nessas modalidades, além do menor risco de inadimplência, o custo de captação é menor.

A participação do Compulsório é abaixo do esperado, em que pese o Brasil possuir uma das maiores taxas de compulsório sobre os depósitos à vista. No Informe do dia 30/04 apresentaremos sugestões de políticas para a redução do *spread* de crédito no Brasil.

A decomposição do *spread*

(Taxa média entre 2011 e 2016 – em %)



Fonte: BCB.

Ritmo de recuperação da indústria do RS é mais lento que a média

A produção física da indústria gaúcha no segundo mês do ano ficou estável (-0,1%) em relação ao primeiro, com ajuste sazonal. No mesmo período, a produção nacional cresceu 0,2%. Na comparação com fevereiro de 2017, o crescimento da produção foi de 0,3%, bem abaixo da taxa nacional de 2,8%. No primeiro bimestre, a indústria do Estado registrou expansão de 3,5% relativamente ao mesmo período de 2017, desempenho inferior ao apurado do País (+4,3%).

No *ranking* dos estados, a indústria gaúcha ficou em oitavo lugar entre os 14 pesquisados no acumulado de 2018. A produção cresceu em São Paulo (+6,2%) e no Rio de Janeiro (+4,1%), puxados pelo setor de Veículos automotores, e em Santa Catarina (+8,5%) influenciado pelo crescimento no Vestuário, Têxtil e Produtos de metal. A queda em Minas Gerais (-1,4%) e no Paraná (-0,9%) deveu-se a menor produção de minério de ferro e combustíveis, respectivamente.

O Amazonas lidera o crescimento no ano, +24,5%. As principais contribuições vieram do segmento de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos (+11,8 p.p.), cujos principais produtos foram televisores, computadores e telefones celular.

O aumento nas exportações tem sustentado a reação na fabricação de Veículos automotores, reboques e

carrocerias do RS. A recuperação do setor de Celulose e de Alimentos também contribuíram positivamente. Por outro lado, a produção de máquinas e equipamentos continua refletindo a queda dos investimentos.

O ano de 2018 será marcado pela continuidade do processo de retomada. Porém, a recuperação ocorre em ritmo abaixo do esperado. Espera-se que, havendo uma maior ocupação da capacidade instalada e a redução das incertezas após as Eleições, o cenário para os investimentos melhorará. Assim, a indústria do RS poderá se recuperar em relação à média nacional.

Produção Física da Indústria nos estados - %

| | Fev18/ Jan18* | Fev18/ Fev17 | Acumulado 2018 | Acumulado 12 meses |
|-------------------|---------------|--------------|----------------|--------------------|
| Pará | -10,9 | -1,0 | 7,2 | 9,9 |
| Amazonas | -5,9 | 16,2 | 24,5 | 6,9 |
| Santa Catarina | 0,9 | 6,2 | 8,5 | 5,1 |
| São Paulo | -0,5 | 4,8 | 6,2 | 4,4 |
| Rio de Janeiro | 1,2 | 3,0 | 4,1 | 4,1 |
| Mato Grosso | -4,4 | -2,3 | -1,0 | 3,6 |
| Paraná | 3,3 | -0,2 | -0,9 | 3,3 |
| Ceará | -0,7 | 2,8 | 3,9 | 3,1 |
| Goiás | 0,0 | -2,0 | -0,4 | 3,0 |
| Rio Grande do Sul | -0,1 | 0,3 | 3,5 | 0,9 |
| Minas Gerais | -2,8 | -6,4 | -1,4 | 0,7 |
| Bahia | 0,9 | 3,2 | 4,4 | 0,5 |
| Espírito Santo | -1,1 | -6,3 | -7,8 | -0,4 |
| Pernambuco | 1,3 | 5,0 | 0,9 | -1,8 |
| Brasil | 0,2 | 2,8 | 4,3 | 3,0 |

Fonte: IBGE. *Série com ajuste sazonal

Rendimento dos brasileiros encolhe em 2017

Na semana passada, o IBGE divulgou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Rendimento de todas as fontes, referente a 2017. Segundo o órgão, o país contava com 207,1 milhões de habitantes em 2017, dos quais 124,6 milhões (60,2%) possuíam algum tipo de rendimento, seja proveniente de trabalho (41,9% das pessoas) ou de outras fontes (24,1% das pessoas), como aposentadoria, aluguel e programas de transferência de renda.

Em média, o rendimento recebido pelos brasileiros foi de R\$ 2.112 em 2017 – considerando todas as fontes de recursos –, uma quantia 0,6% menor que no ano anterior (R\$ 2.124), já descontados os efeitos da inflação. O rendimento proveniente do trabalho passou de R\$ 2.268 para R\$ 2.237 no mesmo período, uma redução de 1,4%. As outras fontes de rendimento distintas do trabalho tiveram um acréscimo, passando de R\$ 1.350 para R\$ 1.382, um aumento de 2,4%.

Outra forma pertinente de analisar os rendimentos é através da renda domiciliar *per capita*, que é calculada da seguinte forma: soma-se todos os rendimentos de um domicílio e divide-se pelo número de moradores. Nessa ótica, já considerando a inflação, os dados revelam uma contração ainda maior na renda: queda de 1,1%, passando de R\$ 1.285 em 2016 para R\$ 1.271 em 2017.

A pesquisa também traz informações sobre a desigualdade nos rendimentos. Em 2017, os 10% da população com os maiores rendimentos detinham

43,3% da massa de renda do país, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos detinha apenas 0,7%. Além disso, as pessoas que faziam parte do 1% da população brasileira com os maiores rendimentos recebiam, em média, R\$ 27.213, em 2017. Esse valor é 36,1 vezes maior que o rendimento médio dos 50% da população com menores rendimentos (R\$ 754).

Como consequência, o índice de Gini dos rendimentos, que mede a desigualdade da sua distribuição, ainda se manteve em um patamar elevado, colocando o Brasil entre os países mais desiguais do mundo. O índice para o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* foi estimado em 0,549 em 2017, o mesmo valor verificado em 2016. O índice varia de zero (igualdade) até um (desigualdade máxima).

Portanto, os efeitos da crise que o Brasil atravessou nos últimos anos continuam a aparecer. Mesmo com a queda da inflação e início da retomada da economia, a renda da população não melhorou em 2017. As ocupações criadas – que foram responsáveis pela queda na taxa de desemprego ao longo de 2017 – se deram exclusivamente pelo mercado informal, onde os salários pagos são menores em relação ao mercado formal.

A geração de postos de trabalho com carteira assinada esperada para 2018, bem como a persistência da inflação em patamares baixos, tende a melhorar o quadro de rendimentos da população e, conseqüentemente, favorecer as perspectivas para o consumo.

Primeiros resultados da Modernização Trabalhista

Passados mais de cinco meses da entrada em vigor da nova legislação trabalhista (Lei 13.467/2017), já começam a surgir seus primeiros resultados em diversas frentes relacionadas ao mundo do trabalho. Pelo lado da justiça do trabalho, como muito tem se noticiado, houve uma redução significativa no número de processos. Já no mercado de trabalho, os primeiros dados mostram que as novas formas de contratação criadas (trabalho intermitente e teletrabalho), e também a alteração no trabalho parcial, já começaram a ser usadas pelas empresas, ainda que de forma incipiente. Esse segundo ponto será abordado com mais detalhes nesse artigo.

Segundo os dados do CAGED, entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018, houve 11.491 admissões e 1.298 desligamentos na modalidade de trabalho intermitente, gerando saldo de 10.193 empregos. Já no regime de trabalho parcial, foram 14.544 admissões e 10.753 desligamentos, resultando em um saldo positivo de 3.791 vagas. Por fim, para a modalidade de teletrabalho – também chamada de *home office* –, apenas os dados para o mês de fevereiro foram divulgados: 362 admissões e 243 desligamentos, gerando saldo de 119 novos empregos.

Além de novas formas de contratação, a modernização trabalhista também trouxe a possibilidade

de rompimento do contrato de trabalho mediante acordo entre empregador e empregado. De novembro de 2017 a fevereiro de 2018, 27.120 desligamentos utilizaram a nova modalidade, representado 0,6% do total de desligamentos do período. A princípio esse percentual parece baixo, mas, quando analisada sua evolução ao longo dos meses, percebe-se o início de uma trajetória de aumento. De fato, os valores foram de 0,1% em novembro, 0,5% em dezembro, 0,8% em janeiro, e 0,9% em fevereiro.

É muito cedo para se tirar qualquer conclusão definitiva quanto aos impactos da modernização trabalhista nas diversas faces da relação entre empregados e empregadores, assim como na economia do país. No entanto, os dados já revelam que empregos estão sendo gerados com as novas formas de contratação, bem como o desligamento por acordo apresenta crescimento entre formas de rompimento do contrato de trabalho.

À medida que as empresas e trabalhadores continuarem se adaptando com as novas possibilidades, a tendência é que esses números se tornem mais expressivos e melhorem as relações trabalhistas do país, gerando aumento da formalização e maior segurança jurídica dos agentes econômicos.